

## **AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Heitor Esperança Henrique<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo uma discussão do desenvolvimento das relações internacionais com foco na aliança entre Brasil e Estados Unidos antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Antes do início da guerra o Brasil de Vargas nutria uma diplomacia pendular com Estados Unidos e Alemanha, países que se digladiariam na guerra. Com a aproximação dos combates o Brasil foi se colocando ao lado dos Estados Unidos e se distanciando da Alemanha. Com essa aliança Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores entre 1938 e 1944, buscou um desenvolvimento industrial para o país, bem como um fortalecimento e atualização das Forças Armadas do Brasil e uma posição de maior destaque na cena internacional após a guerra.

**Palavras-Chave:** Brasil; Estados Unidos; Diplomacia; guerra.

Recebido em 23 de outubro de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Correio eletrônico: heitorehenrique@gmail.com

## **As relações internacionais e política externa do Brasil antes da segunda guerra**

O principal objetivo do Estado brasileiro na década de 1930 girava em torno da industrialização e o fortalecimento da economia, que se baseava, até então, na exportação de matérias primas. A industrialização era o caminho para este objetivo. Além deste, o Brasil buscava uma posição de destaque e liderança na América do Sul.

O Fascismo conquistou grande espaço no mundo na década de 1930, principalmente na ação de combate ao bolchevismo. No caso do Brasil não foi diferente, inclusive havendo no país a sua variante representada pelo Integralismo. Embora o Brasil participasse na guerra ao lado das democracias aliadas, o país sustentava um regime ditatorial nas mãos de Getúlio Vargas.

Antes mesmo de a guerra começar, países periféricos como o Brasil eram necessários aos futuros envolvidos como fonte de matéria prima para o fortalecimento de suas máquinas militares. Desde então já havia uma corrida pela conquista dos produtos brasileiros entre alemães, ingleses e estadunidenses.

Um fator determinante para orientar a política externa brasileira, em especial durante o período em que Getúlio Vargas esteve à frente do governo, foram os interesses comerciais. Satisfeito em termos territoriais e, tendo já consolidado a delimitação de suas fronteiras, “a sua principal preocupação na esfera das relações internacionais consistia em assegurar e ampliar mercados para a exportação de produtos primários”.<sup>2</sup>

Durante os anos em que o segundo conflito mundial começou a tomar forma, a partir de meados da década de 1930, a orientação da política externa brasileira levou a uma maior aproximação comercial com a Alemanha, enquanto no plano político, sobretudo a nível regional (continente americano) ainda persistiu o alinhamento automático com os Estados Unidos. Ou seja, enquanto o Brasil via na Alemanha um importante parceiro comercial, o Itamaraty assumiu a postura de mediador entre os estadunidenses e as demais nações do continente, tal como ficou evidenciado nas conferências interamericanas realizadas nesse período.

Como consequência da crise de 1929 e seu impacto para a economia nacional e o panorama das relações internacionais da década seguinte, a industrialização do Brasil surgiu como elemento chave para assegurar a segurança do país. Dotar o país de um

---

<sup>2</sup> CERVO, Armando Luiz e BUENO, Clodoaldo. A política externa brasileira. 1822-1985. São Paulo, Editora Ática, 1986, p. 70-71.

parque industrial, mais do que assegurar maior autonomia em termos comerciais, era vital à segurança nacional.

Foi dentro desse contexto que o governo de Getúlio Vargas teve de orientar sua política externa, buscando conciliar os projetos de industrialização e ampliação do comércio exterior com o crescente antagonismo entre os interesses estadunidenses e alemães, especialmente após 1935, onde, cada vez mais o Brasil surgiu “como importante meta na política exterior, centrada momentaneamente em questões comerciais, de duas das maiores potências mundiais”<sup>3</sup>, os Estados Unidos e a Alemanha Hitlerista, “que já se colocavam em rota de colisão futura”.<sup>4</sup>

O Brasil já estava sendo disputado por alemães e estadunidenses desde o início da década de 1930. A ascensão de Hitler intensificou ainda mais o comércio entre o Brasil e a Alemanha, e ao mesmo tempo os Estados Unidos ficavam mais atentos a esta aliança. De fato, a ambiguidade do Brasil era visível, pois alguns integrantes do alto escalão de Vargas simpatizavam com o Eixo, viam na Alemanha um modelo de crescimento industrial e nacional a ser seguido e, mais, o Sul do Brasil era povoado por grandes colônias alemãs e italianas, onde a difusão da ideologia fascista ganhava espaço. Já o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Oswaldo Aranha se aproximava e estreitava cada vez mais as relações brasileiras com os Estados Unidos.

5

Militarmente, uma aliança entre Brasil e Estados Unidos começou a se constituir mesmo antes da guerra, já em 1934 com a criação da Missão de Instrução da Artilharia de Costa e com o envio de uma Missão Naval estadunidense ao Brasil. E com a visita de uma delegação militar dos Estados Unidos com a chefia do General George C. Marshall e os oficiais da Divisão do Planejamento de Guerra e da Aviação entre maio e junho de 1939.<sup>5</sup>

Se, ao longo da década de trinta, o comércio exterior brasileiro levou a uma maior aproximação com a Alemanha na área econômica, no campo político ainda persistiu o interesse em ter nos Estados Unidos um importante aliado, a fim de consolidar uma posição hegemônica do Brasil na América do Sul. Enquanto a diplomacia brasileira, durante os primeiros anos do governo Vargas buscou uma maior aproximação política com Washington, o mesmo não ocorreu com aquele governo. Esta atitude do governo estadunidense somente mudou após 1940, quando o

---

<sup>3</sup> ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado. São Paulo: Loyola, 2002, p. 53.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-Estados Unidos: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015, p. 38-39.

desenvolvimento da aviação e, principalmente, o desenrolar do conflito na Europa resultaram em sérias preocupações quanto à segurança do saliente do Nordeste brasileiro, que passou a ser considerado um ponto chave para a defesa da zona do canal do Panamá.<sup>6</sup>

O governo brasileiro perseguiu com afinco o estreitamento da amizade entre os dois países, através de uma posição de apoio a política estadunidense para o Caribe, Europa e Ásia, confirmando assim a afirmação de que “a amizade com os Estados Unidos, após Rio Branco, adquiriu outro significado: o do alinhamento automático”<sup>7</sup>. O Brasil passou ainda a atuar como mediador entre os interesses estadunidenses e as nações da América Hispânica, tendo papel especialmente decisivo na conciliação entre os Estados Unidos e a Argentina, como se observou nas conferências panamericanas realizadas durante esse período.

A mediação brasileira se fez necessária pois os argentinos “não estavam nada satisfeitos com o desejo de Washington de liderança continental”<sup>8</sup>, o que ia contra as ambições do governo argentino, o qual tinha como objetivo assumir uma posição hegemônica e exercer sua influência sobre todo o continente sul americano.

O alinhamento da política externa brasileira com o continente era visível através das “declarações de apoio aos princípios panamericanistas e de livre comércio feitas pelas autoridades brasileiras em público”.<sup>9</sup> Tamanho empenho em manter uma maior proximidade com o governo estadunidense era visto pelo Brasil como um “instrumento para contrabalançar as alianças mutáveis dos países de língua espanhola e o sonho argentino de reconstrução do Vice Reinado do Prata”.<sup>10</sup> Apoiando a política de Washington para a América, o Brasil esperava poder não apenas conter qualquer ameaça representada pelo governo argentino mas, principalmente, consolidar sua hegemonia sobre a América do Sul.

Uma fragilidade do Brasil, no começo dos anos trinta, era o fato de toda a economia nacional estar associada às exportações de café, resultando em uma dependência do mercado externo para atender a todas as necessidades relacionadas a importação de bens industrializados, incluindo ainda, o suprimento de fontes energéticas tais como o carvão e o petróleo.

---

<sup>6</sup> McCANN, Frank. *Aliança Brasil - Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995, p. 15.

<sup>7</sup> CERVO e BUENO, op. cit., p. 62.

<sup>8</sup> MCCANN, op. cit., p. 16-17.

<sup>9</sup> ALVES, op. cit., p. 58.

<sup>10</sup> MCCANN, op. cit., p. 16

A aproximação comercial com a Alemanha se fez possível em razão das facilidades existentes. A existência de espaço no mercado alemão para outros produtos brasileiros, tais como o açúcar e o algodão; a disponibilidade e interesse por parte de Berlim em fornecer produtos industrializados em preços competitivos; e ainda, a adoção de um sistema de comércio que dispensava o uso de moeda corrente “preparam um terreno favorável à expansão comercial germânica e brasileira”.<sup>11</sup>

Porém tal relação com a Alemanha era realizada de maneira informal, sem a formalização de compromissos que pudessem vir a comprometer a posição brasileira em relação aos Estados Unidos. Enquanto o Brasil, de maneira discreta procurou manter o comércio com a Alemanha, não deixou de se alinhar politicamente aos interesses estadunidenses, o que foi visível através do apoio público e irrestrito do governo Vargas ao panamericanismo e ao discurso de livre comércio.<sup>12</sup>

Essa posição ambígua da diplomacia brasileira, contudo, consistia em obter as maiores vantagens econômicas e comerciais possíveis junto à Alemanha, enquanto era mantida uma declarada aproximação política em direção aos Estados Unidos, teve fim quando da instauração do Estado Novo, em novembro de 1937.

Embora a parceria comercial com a Alemanha nazista viesse a terminar em definitivo apenas com o desenrolar da guerra na Europa, e as dificuldades que esta impunha ao comércio do III Reich com o Brasil em razão do bloqueio naval Britânico<sup>13</sup>, durante o ano de 1938 teve início um choque de interesses entre os dois países que resultaram em um rompimento diplomático durante os meses que antecederam a eclosão da guerra na Europa. Se até então a Alemanha era vista como um parceiro comercial que poderia providenciar ao Brasil um mercado consumidor para seus gêneros agrícolas e assegurar a implantação de uma indústria siderúrgica, aos poucos passou a ser vista como uma ameaça à soberania brasileira.

A partir de 1938, mesmo com a implantação do Estado Novo um ano antes, o Brasil passou a se aproximar cada vez mais dos Estados Unidos. Este alinhamento com os interesses de Washington, embora não fosse uma novidade, passou a envolver mais do que o simples apoio à política panamericanista ou, ainda, a manutenção de uma

---

<sup>11</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil vai à guerra. O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: 3ª Ed. Editora Manole, 200, p. 16.

<sup>12</sup> ALVES, op. cit., p. 58.

<sup>13</sup> O governo Britânico impôs um bloqueio ao tráfego marítimo com destino ou saindo da Alemanha. A partir de então o Brasil encontrou dificuldades em manter o comércio compensado e, principalmente, para continuar a receber o armamento adquirido junto à Krupp. Todo navio mercante em trânsito na área de conflito deveria obter um certificado de navegação expedido pela Grã-Bretanha, sem o qual seria prontamente apresado, tendo sua carga confiscada.

postura informal nas relações entre os dois países. Aos poucos, passaram a ser discutidos acordos visando uma maior cooperação econômica e militar, enquanto o governo Vargas passou a encampar as propostas de defesa comum da América, defendidas pelo governo estadunidense, resultando no apoio efetivo do Brasil à causa Aliada antes mesmo do envolvimento formal estadunidense na guerra.

Para Seitenfus<sup>14</sup> alguns fatores foram determinantes para orientar a política externa brasileira após o golpe de Vargas em 1937. Um deles, foi a nomeação de Oswaldo Aranha para a chancelaria brasileira, para quem a aproximação do Brasil com os Estados Unidos seria uma opção natural ao país. E outro, a eclosão da guerra na Europa e as dificuldades em levar adiante as propostas de uma maior cooperação comercial com a Alemanha, fato que impossibilitou a continuação de qualquer aproximação com aquele país.

Uma vez que as embaixadas alemã e brasileira foram fechadas, após os incidentes envolvendo o embaixador Karl Ritter e sua postura intransigente contra as ações do Estado Novo em relação ao NSDAP e a integração de ambas comunidades, o Itamaraty se viu livre para manobrar em direção a Washington. Tendo à frente do Ministério das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, após outubro de 1938 passou a colaborar ativamente com o Departamento de Estado norte-americano, esta aproximação se realizou sem maiores contratemplos. Diante do avanço do nazismo na Europa e a iminência de um novo conflito, a predisposição do Itamaraty em colaborar com as propostas de união panamericana facilitou a busca de Washington por relações mais cerradas com o Brasil para contrabalançar a atitude equivocada da Argentina para com as potências do Eixo.<sup>15</sup>

Em 1940,

a Itália invadiu o norte da África, a Grécia e os Balcãs, abrindo nova frente de combate no mar Mediterrâneo. Os ingleses deslocaram tropas para a região e derrotaram os italianos, mas os alemães vieram em socorro e em poucos meses dominaram todo o norte da África.<sup>16</sup>

O domínio dessa região dava aos alemães uma vantagem estratégica muito grande, que atingiu seu clímax quando o general Pétain, presidente da França não ocupada, os autorizou a usarem instalações aéreas em Dakar, o ponto mais ocidental da África, na colônia francesa do Senegal. A Batalha do Atlântico poderia ser intensificada, agora também nas águas do hemisfério sul.<sup>17</sup>

A guerra mundial estava cada vez mais próxima do Brasil.

---

<sup>14</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 309-310.

<sup>15</sup> MCCANN, op. cit., p. 17.

<sup>16</sup> FERRAZ, Francisco Cesar Alvez. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 12-13.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 12-13.

Diante do domínio do Mediterrâneo e da disputa pelo Atlântico central para o transporte de tropas, alimentos e armamentos, o Nordeste brasileiro se tornou uma região estratégica, pois era o ponto mais próximo do norte africano.

### **Panorama do Brasil antes do início da guerra**

Apesar da aproximação da guerra ao Brasil, o país estava distante, geograficamente, do conflito e era um retrato do atraso em relação as potências que brevemente estariam se enfrentando. A economia brasileira era exportadora de produtos primários, principalmente café, sem uma industrialização efetiva e mostrava déficits econômicos, tecnológicos, educacionais e sanitários. Politicamente vivia um autoritarismo e o exército era a instituição mais atuante e influente, sem integração com a população.<sup>18</sup>

O Brasil era um país majoritariamente rural, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados que mal era povoado em questão de densidade. A maioria de seus quase 42 milhões de habitantes viviam próximos a costa, sendo 70% no campo e tendo São Paulo e Rio de Janeiro como as únicas cidades do país que ostentavam mais de um milhão de habitantes cada. Os moradores do campo viviam atormentados pela pobreza, desnutrição e doenças, dominados por uma monocultura e a produção de subsistência como modo de vida. Essas enormes áreas rurais eram controlados por fazendeiros paternalistas e seus jagunços armados.<sup>19</sup>

A educação brasileira era praticamente inexistente, os níveis de analfabetismo ficavam entre 75 e 85%. O hiato entre a população comum e a elite era espantoso. Enquanto os ricos moravam nas capitais, tinham acesso à educação, esporte e lazer, os demais viviam nos campos e eram obrigados a lutar contra a fome. Os números brasileiros de fins da década de 1930 eram menores que os de seus vizinhos sul americanos, apesar de possuir a maior população e o maior território da América Latina.<sup>20</sup>

No mesmo período a população dos Estados Unidos chegava a 138 milhões de habitantes, seis cidades já tinham ultrapassado a marca de um milhão de habitantes, só

---

<sup>18</sup> FERRAZ, Francisco Cesar Alvez. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, 1945-2000. Tese (Doutorado)- História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2003, 46-47.

<sup>19</sup> MCCANN, op. cit., p. 25.

<sup>20</sup> MCCANN, op. Cit., p. 25-29; RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017, 313-314.

Nova York tinha quase sete e meio.<sup>21</sup> E possuíam também a maior produção manufatureira do mundo, a maior indústria, o maior consumo de energia, maior produção de ferro e aço, o maior PIB, o maior investimento em defesa e maior poderio bélico.<sup>22</sup>

Essa comparação e grande diferença entre os números traz uma noção da assimetria dentro da parceria que se estreitava entre Estados Unidos e Brasil e o difícil trabalho que as autoridades brasileiras teriam diante da situação de inferioridade para tentar alcançar os seus objetivos com a aliança.

### **A aproximação brasileira com os Estados Unidos**

A cooperação militar com Washington caminhou a passos lentos durante os primeiros anos do conflito, resultado da negativa brasileira em permitir a presença de tropas terrestres estadunidenses no nordeste, preferindo que a defesa do território nacional ficasse a cargo do Exército Brasileiro.

As instalações aeroportuárias existentes na cidade de Natal tiveram grande importância durante a Segunda Guerra Mundial e se converteram em ponto chave do sistema de transporte aéreo das forças aliadas, já que facilitavam a ligação aérea desde os Estados Unidos até os teatros de operações do Norte da África, Mediterrâneo e a China. Em novembro de 1942 se revelou importante para apoiar a operação Torch, além de se mostrar imprescindível para proteger os comboios mercantes aliados dos submarinos do Eixo que operavam no Atlântico.

Neste momento, Vargas tomou uma postura de neutralidade face aos últimos acontecimentos da guerra, fazendo um jogo de aproximações entre os dois lados para barganhar em prol do Brasil, já que o país havia se tornado importante no cenário geopolítico da guerra. O Nordeste, por sua posição privilegiada, era cobiçado, ao menos em teoria, pelas forças nazistas, e a ideia de uma invasão alemã à região não estava descartada. Daí a forte pressão e a criação da máquina de propaganda dos Estados Unidos no Brasil. Este cenário de guerra preocupava os estrategistas norte-americanos, um deles previa a invasão alemã no litoral do Nordeste brasileiro, através de navios de transporte de tropas escoltados por esquadrilhas aéreas, vasos de guerra e submarinos. Tal tarefa seria facilitada pela existência de uma rede de espionagem nazista no

---

<sup>21</sup> PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos. São Paulo: Contexto, 2015, p. 199.

<sup>22</sup> KENNEDY, Paul. A Ascensão e Queda das Grandes Potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 195-320.

continente, como o apoio das colônias alemãs no Sul do Brasil, na Argentina e no Uruguai. As defesas costeiras brasileiras eram notoriamente frágeis demais para contrapor qualquer resistência.

Após a entrada dos Estados Unidos na guerra, a pressão para que os demais países do continente americano aderissem ao conflito só aumentou; era cada vez mais insustentável a neutralidade adotada por Getúlio Vargas. No entanto, esta pressão para auxiliar os países aliados na guerra por parte dos Estados Unidos acontecia desde antes da entrada do gigante na guerra. Os diplomatas estadunidenses buscavam a autorização para a utilização de bases e posições militares noutras partes do continente e a garantia de acesso exclusivo às matérias primas destes países.

Pela sua localização privilegiada e pelos abundantes recursos agrícolas, extrativos e minerais, bem como pela sua importância política regional, o Brasil concentrava os principais esforços de negociação. Um choque de interesses se evidenciou rapidamente: os Estados Unidos queriam enviar militares seus para a construção, reforma, administração e proteção das bases, e o governo brasileiro, por seu lado, não queria receber soldados, mas sim armas e recursos estadunidenses para organizar sua própria defesa. Somente após meses de negociações pacíficas de ambos os lados, no início de 1942 foi autorizado o uso das bases do Norte e Nordeste brasileiros às Forças Armadas dos Estados Unidos.<sup>23</sup>

Com a declaração definitiva de guerra por parte dos Estados Unidos ao Eixo, a condição de neutralidade do Brasil diante do conflito ficou insustentável. O apoio aos Estados Unidos e aos Aliados, que já ocorria desde antes do início da guerra, se tornou cada vez maior. Dessa forma, pressionado pelo gigante vizinho, a maioria dos países latinos rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão ainda em janeiro de 1942 durante a conferência de chanceleres no Rio de Janeiro. E a partir de então, começou a ser colocada em pauta nas discussões diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos a defesa das costas marítimas do Brasil e o apoio econômico para o desenvolvimento industrial.

Contudo, antes que as instalações de Parnamirim fossem convertidas na mais importante base aérea militar da guerra, foi preciso afastar a presença de companhias aéreas italiana e alemã do Brasil e implantar um programa de construção de pistas de pouso e facilidades a navegação através da América Central e Caribe. A partir de outubro de 1940 o governo estadunidense passou a pressionar o Brasil para restringir as operações das companhias Condor e Lati<sup>24</sup>, que operavam no país com pilotos alemães e italianos e forneciam informações e apoio as operações do Eixo. Esta preocupação era

---

<sup>23</sup> FERRAZ, op. cit., 2005, p. 15.

<sup>24</sup> Para maiores detalhes sobre a erradicação das companhias aéreas italianas e alemãs no Brasil, ver MCCANN (1995, p.175-194).

vital em razão da necessidade de manter em segredo a construção de campos de pouso no Brasil, sobretudo ao longo da costa norte e nordeste, locais onde estas empresas também mantinham campos de aviação para apoiar suas operações.

Diante da necessidade de implantar uma cadeia de bases aéreas que interligassem as nações americanas e facilitasse o trânsito de equipamentos e pessoal, o Departamento de Guerra dos Estados Unidos concluiu que a opção mais viável seria a de fazer uso das instalações da PanAmerican Airways (PAA), desenvolvendo as já existentes e construindo outras. Com base na Lei de Apropriação Militar, de junho de 1940, o Departamento de Guerra negociou com a PAA a implantação do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos (ADP), que resultou na construção de uma rede composta de cinquenta e cinco campos de pouso que ligavam os EUA ao litoral nordeste brasileiro. Segundo o contrato firmado em novembro com a PAA, as instalações construídas deveriam ser disponibilizadas para uso por aeronaves militares tão logo a operação e permanência de militares norte-americanos fosse autorizada pelos respectivos países onde estas se localizassem.<sup>25</sup>

Entre 8 e 11 de novembro de 1940, ocorreu o desembarque de forças inglesas e americanas na África francesa, envolvendo três forças tarefa que desembarcaram na costa do Marrocos e da Argélia, territórios coloniais franceses. Em resposta ao assalto aliado contra o norte da África, a Alemanha ocupou o sul da França no dia 11 dissolvendo o governo de Vichy. Após isso, o governo francês ordenou que fosse destruído o remanescente de sua esquadra, estacionada em Toulon, enquanto as forças estacionadas nos territórios coloniais do norte da África não deveriam oferecer resistência mas sim se unirem às forças aliadas de invasão. Isso tornou Natal ainda mais crucial para o sistema logístico americano.

As negociações com o governo brasileiro para permitir a implantação do ADP tiveram início em janeiro de 1941, embora somente em junho tenha sido assinado o decreto que autorizava o programa<sup>26</sup>; logo tiveram início os trabalhos visando selecionar o local para as futuras instalações, a contratação de mão de obra e ainda a aquisição de materiais e equipamentos para a construção. A partir de setembro as obras

---

<sup>25</sup> MCCANN, op. cit., p.181-182.

<sup>26</sup> Questões internas ao governo Vargas, envolvendo a criação do Ministério da Aeronáutica e a presença ainda forte de germanófilos nos altos escalões exigiram manobras a fim de evitar que a aprovação do decreto autorizando a implantação do ADP ficasse a cargo de opositores a uma maior aproximação com os EUA, o que teria inviabilizado desde o começo os trabalhos no Nordeste. Mesmo assim, somente seis meses após a solicitação é que o decreto-lei seria assinado por Vargas (MCCANN, op. cit., p.184-186).

foram efetivamente iniciadas, com a sua construção em desenvolvimento ao longo de quase toda a guerra.

Foram estabelecidas duas rotas ligando os EUA ao Brasil: uma passava pela América Central, através do Panamá, Colômbia e Venezuela; e a outra seguia através das Índias Ocidentais e Guianas. Estas duas rotas tinham como destino final à cidade de Natal, nas instalações de Parnamirim Field, de onde tinha início a travessia do Atlântico em direção aos territórios coloniais da Inglaterra na África. A estrutura implantada pelo ADP contava ainda com seis hidrovias e oito bases para dirigíveis, tendo sido imprescindível para reforçar as defesas no Panamá, apoiar a luta antissubmarino e ainda, superar as dificuldades quanto ao envio de suprimentos para as frentes de batalha.<sup>27</sup>

Além das melhoras para as Forças Armadas brasileiras e a implantação de novas rotas aéreas para a aviação brasileira nacional e internacional, outro objetivo perseguido por Vargas desde o início do seu governo foi a construção de uma companhia siderúrgica. Este objetivo se tornou o elemento chave para o desenvolvimento econômico, e alcançar esta importante meta foi uma das orientações da política externa brasileira durante o seu governo nos anos que antecederam a tomada definitiva da posição de guerra ao Eixo. Era necessário suprir o grave problema brasileiro da dependência em relação a Europa e aos Estados Unidos no suprimento de bens industriais que se mostrou mais grave a partir da crise de 1929.

Esses dois objetivos foram perseguidos durante todo o governo de Getúlio Vargas. Tais ações se interligavam no objetivo maior de permitir ao país assegurar sua autonomia e segurança, permitindo reduzir a dependência externa de bens industrializados e, também, produzir localmente o material militar necessário para proteger o Brasil em um momento de crescente antagonismo entre as nações. Desta maneira, sem “um programa de política externa, a ação do Itamaraty se guiou, de um lado, pelas condições do comércio exterior brasileiro”<sup>28</sup>, buscando assegurar o cumprimento destas importantes metas.

As prioridades de Getúlio Vargas nas negociações internacionais que foram travadas com ambos os lados participantes do conflito eram conseguir capital suficiente para a construção de um complexo siderúrgico em Volta Redonda no Rio de Janeiro para incentivar o crescimento industrial brasileiro e a busca de armamentos para fortalecer as Forças Armadas. Os estadunidenses perceberam que o preço a pagar

---

<sup>27</sup> MCCANN, op. cit., p. 194.

<sup>28</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 5.

exigido pelo Brasil não era tão alto assim, se comparado com todo o gasto até então. Assim, no ano de 1940 foi assinado o acordo para a construção da siderúrgica e a inauguração prevista para 1944 aconteceu após a guerra, no ano de 1946.

A partir de fins de 1940 os Estados Unidos gastaram vultosas quantias na ajuda a países que combatiam o Eixo, o programa era chamado de Lend Lease, ou Lei do Empréstimo e Arrendamento. Desta forma, os aliados adquiriam junto aos Estados Unidos armamentos e materiais de guerra com a opção de pagar uma taxa módica de juros, ou devolver o material após a guerra. Durou de março de 1941 a setembro de 1945. A Inglaterra recebeu 62,6 % do investimento do programa, a União Soviética 22,5%, a França 6,38% e a China 3,9%. Esses são os países que mais receberam investimentos do programa, os países latino-americanos somaram apenas 1% de todo o valor gasto com o Lend Lease, representava um valor simbólico, e os materiais a eles direcionados já estavam obsoletos.<sup>29</sup> Diante desses números o que os Estados Unidos pagariam ao Brasil pelo seu apoio, uso do território e reequipar as suas forças armadas era valor modesto.

Neste momento o front interno brasileiro estava direcionado a produção de matérias primas para ajudar o esforço de guerra dos aliados. O produto central exportado nesta ocasião era a borracha. Entre 1941 e 1942 os aliados perderam o fornecimento desta matéria prima, que era oriunda da Ásia, em decorrência da invasão japonesa no local. Então, coube ao Brasil a tarefa de suprimir o produto.

A partir de 1941, a economia brasileira, além de diminuir, aumentou a sua dependência do capitalismo mundial, sob o domínio dos Estados Unidos. Não só a economia, mas também a cultura estadunidense foi difundida com mais ênfase no Brasil e nos países da América do Sul através da política de “boa vizinhança”<sup>30</sup> com os Estados Unidos.

As cidades do Nordeste brasileiro foram as que mais sentiram a presença americana antes e durante a guerra. A cidade de Natal via nas suas ruas, todos os dias, milhares de soldados e oficiais estadunidenses, e ficou conhecida como trampolim da

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 46-47.

<sup>30</sup> A Política da Boa Vizinhança foi uma iniciativa política criada e apresentada pelo governo dos Estados Unidos presidido por Franklin D. Roosevelt durante a Conferência Panamericana de Montevideo, em dezembro de 1933. Ela se referiu ao período das relações políticas estadunidenses com os países da América Latina entre 1933 até 1945 - ao final da Segunda Guerra Mundial e Harry Truman assumindo a presidência do país. Ela consistia, num esforço de aproximação cultural entre EUA e América Latina e foi praticada em diversas frentes, sendo centrais o cinema e o rádio, sendo que se manifestava tanto nos EUA como na América Latina. Porém, ela nunca foi simétrica: enquanto na América Latina propagavam-se as qualidades da cultura norte-americana, como os valores democráticos e o industrialismo, nos EUA se caracterizava a cultura Latina pelas belezas naturais e o exotismo.

vitória, por ser o ponto mais ao leste da América. Foi ponto de concentração de rotas aéreas e marítimas dos Aliados; seus aeroportos eram os mais movimentados do mundo. Sua posição estratégica era de suma importância nos combates do Atlântico Sul e vital para reverter os reveses aliados no Norte da África.

Os estrategistas estadunidenses percebiam a fragilidade brasileira em defender a região de possíveis ataques ou invasões do Eixo. Mas o governo brasileiro não permitia a presença de tropas americanas na região, e solicitavam armamentos e recursos suficientes para fortalecer e aperfeiçoar a própria defesa.

O espaço aéreo brasileiro foi sendo conquistado aos poucos, de maneira gradativa e pacífica, aliado a auxílios como aperfeiçoamento e construção de bases aéreas e campos de pouso nos trechos brasileiros. O governo brasileiro ainda resistia a entrada em massa dos soldados americanos nas bases do Nordeste.

Depois de Pearl Harbor, a situação se mostrou irreversível, e o desembarque de estadunidenses nas bases brasileiras do nordeste começou. Além das Forças Armadas dos Estados Unidos, a recém criada FAB (Força Aérea Brasileira) e a Marinha de Guerra também usaram estas bases. Mas foi um movimento temporário, pois após a guerra, os estadunidenses retornaram ao seu país e deixaram suas bases, cidades e instalações, levando com eles toda a sua estrutura. Em todo o litoral do Norte e Nordeste, onde haviam sido instaladas bases dos Aliados, praticamente nada foi deixado. Não houve um impulso ou estímulo para o crescimento e desenvolvimento das duas regiões brasileiras, e as cidades que prosperaram durante o conflito acabaram voltando ao seu cotidiano secular.<sup>31</sup>

A III Conferência de Consulta aos Chanceleres das Repúblicas americanas (15 a 28 de janeiro de 1942) foi de grande importância pois serviu para consolidar a atitude que as nações do continente tomaram diante do ataque contra os Estados Unidos. Se imediatamente após o dia 7 de dezembro cada país decidiu de forma autônoma sua postura frente aos recentes acontecimentos, com base nas recomendações das duas conferências anteriores, a partir da conclusão dos trabalhos no Rio de Janeiro a orientação de rompimento com o Eixo expressava um consenso e a união do continente. Para Washington esta atitude representou o apoio de que necessitava para levar adiante seu esforço de guerra, que não mais estaria limitado a apoiar materialmente os ingleses e soviéticos mas sim, de combater diretamente alemães, italianos e japoneses.

---

<sup>31</sup> FERRAZ, op. cit., 2005, p. 36-38.

A importância do Brasil para a decisão final da conferência se evidenciou entre os dias 16 e 17, quando mensagens oriundas das embaixadas do Eixo demonstravam a preocupação daqueles governos com um inevitável rompimento com a América Latina. Enquanto o embaixador japonês pediu a Aranha e ao General Eurico Gaspar Dutra que as relações entre os dois países não fossem alteradas e o embaixador italiano considerou que o rompimento de relações seria um passo em direção à guerra, o governo alemão foi mais objetivo em suas ameaças. Acusando o Brasil de já estar violando sua neutralidade, ao permitir que aeronaves destinadas aos britânicos sobrevoassem o nordeste em direção à África, o governo do Reich afirmou que uma ruptura entre os dois governos levaria a adoção de represálias contra o Brasil.<sup>32</sup>

Uma vez que Aranha não deixou dúvidas sobre a posição brasileira diante da agressão aos Estados Unidos, isto é, que o ataque japonês aos estadunidenses era uma agressão contra todo o continente, ainda se fazia necessário assegurar que o Brasil pudesse dispor de pleno apoio dos estadunidenses para reaparelhar suas forças armadas. Jogando sobre a Alemanha as responsabilidades pelo eventual envolvimento direto do Brasil na guerra, o Itamaraty se esforçou para conduzir o resultado da reunião de chanceleres à recomendação de imediato rompimento de relações com o Eixo, o que foi alcançado com sucesso. Com exceção da Argentina e do Chile, que se mantiveram neutros, todas as demais repúblicas americanas se alinharam ao esforço de dos Estados Unidos.

Com a ativa participação do Brasil e dos outros países americanos em favor do esforço de guerra aliado, as relações econômicas e comerciais com o Eixo foram rompidas. A Alemanha considerou tal atitude como um ato de hostilidade, e as represálias estavam por iniciar. Para uma declaração de guerra entre Brasil e Alemanha bastava o primeiro tiro, que não tardou a acontecer.

Ciente de que o rompimento de relações com as nações do Eixo resultaria, cedo ou tarde, no envolvimento direto do país na guerra, a partir de fins de janeiro o governo brasileiro passou a adotar uma série de ações que tinham por objetivo preparar o país para a guerra.

Uma vez que a última demanda nacional havia sido atendida satisfatoriamente pelos Estados Unidos (a venda de material bélico moderno ao Brasil) a cooperação brasileira passou a ser cada vez maior, resultando na queda de todas as restrições ainda existentes quanto ao ingresso de soldados estadunidenses no país.

---

<sup>32</sup> MCCANN, op. cit., p. 204.

Vargas autorizou o aumento nos efetivos que faziam a segurança nas instalações do ADP e, a partir de março, após a confirmação do envio das primeiras aeronaves para a FAB<sup>33</sup>, o pessoal militar ou civil dos Estados Unidos estava autorizado a transitar pelo Brasil, seguindo ou retornando dos teatros de operações sem a necessidade de visto de entrada no país. Em resposta a essa atitude, em fins de maio foi criada a Ala do Atlântico Sul do Comando de Transporte Aéreo norte-americano. A boa vontade do governo brasileiro foi externada através da iniciativa deste em sugerir um esboço de como deveria ser a defesa conjunta do nordeste brasileiro. Os EUA não mais enfrentaram restrições quanto a permanência de suas tropas no Brasil, as quais aumentaram em efetivo, enquanto proviam todo o material e treinamento de que as forças armadas brasileiras necessitavam. Desta maneira, ao ver o interesse do alto comando brasileiro em proteger o nordeste, Washington “poderia se concentrar na preparação para a grande ofensiva contra o Eixo, confiante em que o flanco brasileiro estava seguro”<sup>34</sup>.

Com as dificuldades enfrentadas após a invasão da URSS demandando cada vez mais recursos, e o envolvimento dos Estados Unidos na guerra, a Alemanha constatou que empreender uma campanha submarina seria o meio mais eficiente de superar o impasse estabelecido na região.

### **O afundamento de navios mercantes brasileiros e a declaração de guerra**

Como resposta ao rompimento das relações comerciais e econômicas, a Alemanha atacou diversas embarcações mercantes brasileiras em águas internacionais e no litoral brasileiro durante o ano de 1942, causando centenas de mortes de civis inocentes.

A partir de janeiro de 1942 todo o esforço de produção naval do III Reich foi revertido na ampliação da frota de submarinos, os quais teriam dois objetivos distintos: como arma ofensiva, deveriam eliminar por completo as comunicações marítimas entre as nações aliadas; enquanto, defensivamente, visariam afundar o máximo de embarcações inimigas a ponto de inviabilizar a abertura de um novo front no oeste da Europa por forças anglo-americanas, o que seria feito através de um assalto anfíbio.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> Durante março, em visita aos EUA, Eduardo Gomes, inspecionou seis bombardeiros B.25 e seis caças P.40 que estavam prontos para serem enviados à Natal, de um total de 60 aeronaves prometidas à FAB. Tais aeronaves foram entregues ao Agrupamento de Aviões de Adaptação que operava na Base aérea de Natal desde fevereiro (MCCANN, 1995, p. 217).

<sup>34</sup> MCCANN, op. cit., p. 217-219

<sup>35</sup> ALVES, op. cit., p. 159-160.

Empregando uma frota reduzida, a *Kriegsmarine* já vinha realizando uma campanha submarina no Mar do Norte desde o começo do conflito, tendo como objetivo os mercantes que transitavam próximo às ilhas britânicas ou rumavam para a URSS. Porém, as restrições contra operações na costa dos Estados Unidos foram removidas já no dia 8 de dezembro de 1941. Uma vez que os submarinos do Eixo já haviam sido autorizados a atacar navios estadunidenses e de outras oito repúblicas<sup>36</sup> americanas, em janeiro teve início a operação *Paukensschlag* (rufar de tambores) que levou a guerra submarina ao litoral do Novo Mundo.<sup>37</sup>

Durante os seis primeiros meses da campanha submarina do Eixo contra o tráfego mercante americano, 325 navios foram atacados, a maioria no litoral norte-americano. Este período, posteriormente chamado pelos submarinistas alemães de tempos felizes, começou a ter fim a partir de maio, quando a USN passou a organizar comboios e a disponibilizar um maior número de unidades destinadas à luta antissubmarino.<sup>38</sup>

A facilidade com que os submarinos alemães obtiveram tamanho sucesso nos meses iniciais de sua campanha no litoral estadunidense em parte é explicada pela incapacidade que a USN possuía em prover uma efetiva proteção ao tráfego mercante. Não havia escoltas suficientes e os navios ainda navegavam sozinhos. Durante a noite as cidades não realizavam blackout, o que auxiliava os submarinos a delinearem seus alvos contra a iluminação noturna. Também era fato que muitos navios ainda navegavam com todas as luzes de navegação acesas<sup>39</sup>. Tão logo estas deficiências foram sendo corrigidas e as unidades de luta antissubmarino estadunidenses se revelaram mais eficientes, a área de caça dos submarinos migrou em direção ao mar do Caribe. Já em meados de abril foram registradas as primeiras perdas de mercantes aliados no litoral norte do Brasil, quando cinco navios foram torpedeados pelo submarino italiano Calvi entre o estuário do rio Amazonas e o cabo de São Roque, próximo a Natal.<sup>40</sup>

Com uma campanha submarina sendo realizada ao largo do litoral americano, não tardou que os primeiros mercantes brasileiros fossem colocados a pique.

---

<sup>36</sup> Hitler autorizou que os navios dos EUA, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá fossem atacados pela *Kriegsmarine* como resposta da declaração de guerra desses países contra o Japão. (ALVES, 2002, p. 162).

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 162-163.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 163-165.

<sup>39</sup> Segundo a legislação internacional, os navios que pertenciam a países neutros deveriam navegar com todas as luzes de navegação acesas durante a noite, e ainda, portarem bandeiras e a identificação de sua nacionalidade pintados no casco, evitando assim o risco de serem atacados por engano.

<sup>40</sup> SANDER, Roberto. O Brasil na mira de Hitler, A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007, p. 75.

Transportando desde meados do ano anterior importantes recursos para suprir o esforço de guerra estadunidense, os mercantes brasileiros ainda navegavam tal como se fossem de uma nação neutra, o que não impediu que fossem torpedeados. Como saldo da ação inimiga, o Brasil contabilizou, entre 16 de fevereiro e 28 de julho, um total de treze navios torpedeados entre a costa dos EUA e proximidades do litoral brasileiro, vitimando 135 brasileiros, em sua maioria marinheiros.

Apesar de o primeiro ataque a um mercante brasileiro ter ocorrido ainda em março de 1941, resultando em uma morte e treze feridos, quando o mercante Taubaté<sup>41</sup> foi metralhado por uma aeronave da *Luftwaffe*, os ataques aumentaram a partir do momento em que o Brasil rompeu relações com o Eixo. Cumprindo a ameaça feita durante a III Conferência de consulta, a Alemanha nazista deu início a uma série de ataques contra mercantes brasileiros, a princípio navegando no Atlântico Norte e Caribe. Porém, em agosto torpedeou seis embarcações que serviam às rotas domésticas, desencadeando uma declaração formal de guerra por parte do governo brasileiro.

Sem uma resposta da Alemanha quanto aos ataques de fevereiro, imediatamente os mercantes nacionais passaram a receber camuflagem e a navegar com as luzes apagadas. Tais medidas não impediram, porém, que, outros ataques continuassem acontecendo.<sup>42</sup>

A continuidade dos ataques levaram o Brasil a adotar medidas mais drásticas. Enquanto os mercantes navegando na costa dos Estados Unidos rumavam aos portos próximos, Vargas ordenou que fosse solicitado junto ao governo estadunidense que estes recebessem artilharia e uma guarnição de militares para manejar tal armamento, o que foi prontamente atendido.<sup>43</sup>

No Brasil, após a divulgação do elevado número de vítimas deste ataque, os protestos, ainda que isolados, demonstram a insatisfação da população contra as agressões sofridas. Exemplo disso foi o ocorrido em Porto Alegre, quando as avenidas Berlim e Itália foram renomeadas com placas de papelão portando o nome dos navios afundados. Já em São Leopoldo, a fúria se manifestou com a destruição de um monumento em homenagem ao colono alemão.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Este incidente ocorreu no dia 22, quando o navio navegava da ilha de Chipre em direção à Alexandria. A embarcação estava devidamente identificada, ostentando bandeiras nacionais no costado do navio, sobre a casa de máquinas e a lona que protegia a carga. O navio não afundou, prosseguindo em sua viagem após o ataque. Apesar dos protestos do Itamaraty não houve nenhuma atitude por parte do Reich quanto ao ataque. (SANDER, 2007)

<sup>42</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 80-81.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 76.

Quando o mês de abril chegou ao fim, já eram vários os mercantes brasileiros que portavam artilharia e, também, haviam recebido camuflagem. No mar, a marinha mercante brasileira já adotava uma postura beligerante, isto é, navegava furtivamente, camuflada e armada buscando cumprir sua missão de entregar importantes recursos empregados no esforço de guerra norte-americano.

Observando as ações adotadas desde fins de fevereiro, de acordo com Alves<sup>45</sup> o Brasil já vinha adotando uma postura de quase beligerância em relação à Alemanha. Diante desta constatação, em 16 de maio, o Alto comando naval alemão autorizou seus submarinos a atacarem qualquer mercante latino que estivesse armado, ou seja, não existiriam mais restrições quanto ao torpedeamento dos mercantes brasileiros, uma vez que estes já haviam começado a receber armas desde abril.

A primeira fase da campanha submarina contra o Brasil no primeiro semestre de 1942 obteve um saldo de treze navios mercantes, destruídos e 135 mortes. Enquanto o governo havia camuflado e armado os navios mercantes, e ordenado o ataque contra submarinos do Eixo que fossem localizados navegando próximo ao litoral, a reação popular se fez presente, defendendo uma atitude enérgica contra tais ataques.

Os ataques de agosto, realizados contra mercantes que atendiam a linhas regulares de passageiros, operando muito próximo da costa brasileira somaram 607 vítimas fatais. Deste total, 551 estavam a bordo de três navios afundados em um intervalo de menos de 12 horas, torpedeados em meio à noite e sem que houvesse tempo para abandonar as embarcações. Quando se comparam estes ataques com aqueles realizados entre fevereiro e junho, fica evidente que o objetivo era causar o maior número possível de vítimas fatais, tanto em função do horário do ataque como por ter disparado sucessivamente contra áreas vitais das embarcações.<sup>46</sup>

Imediatamente a reação popular se fez presente através de protestos realizados pelos estudantes no Rio de Janeiro e São Paulo. Na medida em que novas informações sobre os ataques foram chegando ao público, os protestos começaram a sair de controle, não mais ocorrendo apenas mediante autorização das autoridades. A população expressou sua revolta e clamou por uma firme resposta aos ataques que haviam ocorrido tão próximos do litoral, dificultando o transporte entre as principais regiões do país.

Se até então o governo havia obtido êxito em manter o Brasil afastado de uma participação direta no conflito, evitando assim formalizar seu apoio aos Estados Unidos,

---

<sup>45</sup> ALVES, op. cit., p. 171.

<sup>46</sup> SANDER, op. cit., p. 235-247.

os ataques realizados no mês de agosto exigiam um imediato posicionamento. Obrigado pela Alemanha a participar efetivamente da guerra, através da negação do uso do mar pela frota mercante nacional, o Brasil, segundo Seitenfus<sup>47</sup> ingressou formalmente no conflito não em função da solidariedade continental, mas sim, em resposta à agressão direta que o país havia sofrido. A questão, a partir de então, passava a ser como tornar real esta participação.

O litoral brasileiro foi então transformado em praça de guerra. Os ataques aos navios mercantes brasileiros levaram o Brasil a declaração de estado de beligerância contra a Alemanha e Itália em 22 de agosto de 1942, e em 31 de agosto, declarava guerra formalmente a estes países.

Com a definitiva posição de guerra a aliança entre EUA e Brasil foi controlada por duas instituições entre os anos de 1942 e 1945, criadas justamente para este fim. São chamadas de Joint Brazil United States Defense Commission, JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos) com sede em Washington e Joint Brazil United States Military Commission, JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos) com sede no Rio de Janeiro.<sup>48</sup>

As comissões conjuntas foram responsáveis por toda a organização militar da aliança, exemplos: entrega de armamentos americanos às forças brasileiras; instalação de bases militares nas cidades litorâneas do norte e nordeste brasileiro; proteção do nordeste; criação das unidades que lutariam na guerra, desde seu treinamento a entrega de materiais necessário para a ação; bem como o local de participação dessas forças. A aliança também funcionou bem no sentido político de buscar uma posição privilegiada para o Brasil no cenário após a guerra, mesmo não tendo se concretizado tal objetivo.<sup>49</sup>

Uma defesa conjunta entre as Forças Aéreas e Marinhas brasileiras e dos Estados Unidos contra esses ataques foi organizada no litoral brasileiro, vários submarinos do Eixo foram afundados e o ritmo dos ataques foi diminuindo até desaparecer definitivamente.

O ataque a navios mercantes brasileiros não foi o motivo que levou o Brasil a guerra, mas serviu de estopim. Um mês após a declaração formal as autoridades militares brasileiras já planejavam o envio de uma força expedicionária brasileira para “vingar os brasileiros mortos” nos ataques do Eixo.

---

<sup>47</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 299.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 35.

<sup>49</sup> Ibidem.

No final de 1942, o Brasil estava seguramente no campo americano e seus oficiais do Exército estavam falando sobre o envio de tropas de combate. Depois de terem sido perseguidos desde 1938, os brasileiros descobriram que a cadência e o sentido das negociações tinha mudado, agora eles tinham de se apressar, atrás dos estadunidenses, cuja preocupação com o Brasil diminuiu quando os alemães foram expulsos para além do Norte da África. No início de 1942, o Nordeste do Brasil tinha ficado na linha de frente, mas, na chegada de 1943, isso serviu de trampolim de retaguarda para o envio de pessoal e suplementos para onde estava a ação. Os líderes do Brasil viram que, para se beneficiar da guerra, o país não poderia se contentar com o fornecimento de matérias primas, aberturas de bases e apoio diplomático. Ele tinha de fazer o sacrifício de sangue. Teve também de clarear os seus objetivos de modo que pudesse coordenar melhor várias funções e ações que estavam funcionando com os aliados.<sup>50</sup>

Diante desta situação, Oswaldo Aranha escreveu uma análise da situação internacional do Brasil para o Presidente Vargas em janeiro de 1943. Aranha sabia que o Brasil era um país fraco econômica e militarmente, e por isso, buscava uma maneira para encontrar o seu desenvolvimento. Desta forma, o ministro das relações exteriores

terminou por avaliar alguns objetivos políticos que o Brasil deveria perseguir: melhor posição na política mundial; consolidação da sua superioridade na América do Sul; cooperação mais segura e íntima com os Estados Unidos; maior influência sobre Portugal e suas posses; desenvolvimento de sua força marítima; desenvolvimento do poder aéreo; desenvolvimento de indústrias pesadas; criação de indústrias de guerra; criação de setores agrícolas, extrativista e mineral complementares às dos Estados Unidos e essenciais para a reconstrução do mundo; ampliação de ferrovias e rodovias do Brasil para fins econômicos e estratégicos; exploração de combustíveis essenciais.<sup>51</sup>

Além de razões internacionais, Vargas provavelmente pensou que distrair o Exército com uma campanha externa seria lhe dar algum espaço político para o desenvolvimento de uma base populista na qual preservaria os ganhos do recém rotulado Estado Novo. Os opositores da ditadura rapidamente consideraram o papel de combate como garantia de que o regime não iria durar além da guerra. Eles afirmaram que os brasileiros não poderiam lutar contra a tirania no exterior e voltar a conviver com ela no próprio país.<sup>52</sup>

Para o ministro Oswaldo Aranha a participação brasileira garantiria um maior diálogo com os Estados Unidos e ajudaria o Brasil a fortalecer as suas forças armadas e indústria e manter um diálogo maior com o vizinho do norte. Isso seria apenas o começo para desenvolver o Brasil. Para que isso se tornasse possível, o ministro acreditava ser necessário uma cooperação maior da Força Expedicionária Brasileira e a sua permanência no cenário da guerra após o fim do conflito como força mobilizada, fato que não ocorreu.<sup>53</sup>

Um das motivações brasileiras ao enviar tropas para a guerra era a conquista de um lugar de destaque na política internacional do pós a guerra.

---

<sup>50</sup> FERRAZ, Francisco Cesar Alvez & McCANN, Frank. A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. In: MUNHOZ, Sidnei J. e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Relações Brasil Estados Unidos: séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011, p. 128-129.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 132.

No entanto, ao recusar o uso das tropas como força de ocupação na Europa destruída, perdeu a oportunidade de ganhar a importância na reordenação mundial. Mesmo no continente, a aliança com os Estados Unidos não produziu os efeitos desejados de uma preeminência brasileira na América do Sul. Aos Estados Unidos, potência hegemônica capitalista no mundo, não interessava compartilhar poder político no sul do continente americano com o Brasil ou qualquer outro país.<sup>54</sup>

“O Brasil saiu da guerra com a melhoria dos aeroportos, portos e ferrovias e as forças armadas mais fortes do continente.”<sup>55</sup> Em termos econômicos, o Brasil buscou a conquista de uma base para o desenvolvimento industrial do país, com a construção do complexo siderúrgico de Volta Redonda. Mas a situação econômica brasileira não melhoraria com a sua participação no conflito, inserida na reorganização mundial do capitalismo após a guerra manteve sua fragilidade e dependências estruturais, principalmente em relação aos Estados Unidos.

---

<sup>54</sup> FERRAZ, op. cit., 2005, p. 66-67.

<sup>55</sup> MCCANN, op. cit., p. 50.